

DISCURSO DE POSSE DO VICE-PRESIDENTE

Atendendo à solicitação de meus colegas Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, tenho a honra de usar da palavra com o propósito de “fazer uma louvação - Uma louvação do que deve ser louvado”.

Pois bem, meus senhores, assume hoje, em segundo mandato consecutivo, a Presidência deste Tribunal, o Conselheiro Jesualdo Cavalcanti Barros, após o sufrágio da urna onde obteve a unanimidade de seus pares.

A recondução do Conselheiro Jesualdo Cavalcanti à Presidência desta Corte de Contas não é à toa, e se explica, sobretudo, pela ação administrativa desenvolvida no seu primeiro mandato. Seus méritos são públicos e notórios mas, nunca é demais ressaltar que, não foi só a recuperação física do prédio do Tribunal ou mesmo a já bem avançada informatização de suas atividades que definiram a atuação do Conselheiro Jesualdo à frente desta Casa. Foi principalmente a agilização e a eficiência da atuação própria desta Corte de Contas, quero dizer, as Auditorias, os pareceres e a apreciação em Plenário dos processos que por aqui transitam, enfim, o Controle Externo da Administração Pública.

Foi o ritmo e a seriedade do funcionamento do Colegiado, sob sua liderança, Conselheiro Jesualdo, que mudaram o conceito desta Instituição junto à sociedade que é quem, em última instância, a mantém e a quem ela serve. É evidente que todos foram envolvidos e contribuíram para esta nova imagem do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, mas foi o esforço, a dedicação e a competência como administrador e como líder de seu Presidente que motivaram o envolvimento de todos. Também, deve-se acrescentar, isto tudo não foi novidade, mas, pelo contrário, era exatamente o esperado, pois há 2 anos atrás, ao colocarmos Jesualdo Cavalcanti na Presidência, sabíamos já de sua história, isto é, da sua experiência administrativa, onde não posso deixar de ressaltar a sua notável atuação como Secretário Estadual de Cultura e depois como Presidente da Assembléia Legislativa.

Parabéns, portanto, ao Conselheiro Jesualdo Cavalcanti, pelo sucesso de seu primeiro mandato, mas parabéns, especialmente, à Instituição que ao projetar nova imagem, se faz respeitar e usufrui do apreço, se não de todos, mas, com certeza, da maioria da comunidade.

Quero manifestar ainda uma congratulação especial ao Conselheiro Luciano Nunes que exerceu o cargo de Vice-Presidente e ao

Conselheiro José Odon que está sendo reconduzido ao cargo de Corregedor. Estas palavras são dirigidas a todos pois que funcionaram como uma equipe, uma vitoriosa equipe.

E se tanto ressaltar o bom funcionamento desta Casa, é de se perguntar por que, por que é tão importante que ela funcione bem? É porque, meus senhores, ela é o mais eficiente fator de moralidade pública, quero dizer, de inibição ao desperdício e à malversação dos recursos públicos. E, ao propugnar pela devida aplicação dos recursos da comunidade, os Tribunais de Contas são um fator de justiça social e também de democracia.

O atual Presidente do Tribunal de Contas da União, o intelectual Ministro Marcos Vilaça, afirmou, aqui mesmo neste recinto, que “o grau de democracia vigente em um determinado país está intimamente relacionado com o trabalho realizado pelos Tribunais de Contas”.

Não é sem motivos que os regimes autoritários não os toleram e este mesmo Tribunal de Contas do Piauí, que nasceu com a República, já sofreu na pele as marcas de uma ditadura quando teve suas portas lacradas, por 15 longos anos, sob o regime Vargas. E é desta dualidade entre poder de mando e isenção de julgamento que nasce o antagonismo entre regimes fechados e Tribunais de Contas e cresce a importância destes para o pleno exercício da democracia. Muito bem disse o Conselheiro-Presidente Jesualdo Cavalcanti ao afirmar: “na missão de julgar, não devemos ser amigos do Rei. O Rei, não raro, quer submissão e não isenção. Porém, acima dele, pontificam os princípios norteadores da administração pública, isto é, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade”.

Também já se disse que “se os homens fossem anjos não precisava haver governo ou, se os governos fossem santificados, não precisava haver Tribunais de Contas”.

Muito Obrigado!

(Discurso do Cons. Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco ao tomar posse como vice-presidente do TCE, em janeiro de 1997)